

A ACTUAL CONJUNTURA ECONÓMICA E A DINÂMICA POLÍTICA DAS SOCIEDADES DA ÁFRICA SUB-SAHARIANA

por
Emmanuel Carneiro

Resumo

O presente artigo tem por objectivo interpretar a actual conjuntura económica da África Sub-sahariana à luz da definição do conceito de desenvolvimento explicitado. Intenta-se a decifração das tendências dessa evolução recente, nomeadamente da sua actual dinâmica social e política, no contexto da sua especialização económica e da concomitante lógica rendeira estabelecida.

A recente evolução conjuntural

Em estudo recente sobre as perspectivas económicas em África a OCDE estima, para 2005, uma “progressão da actividade económica [...] próxima dos 5 por cento [e que] esta tendência se deverá manter, em 2006 e 2007, respectivamente em 5.8 e 5.5 por cento” (OCDE, 2006, pg.13). Nesse mesmo estudo constata-se que “esta melhor performance económica é imputável a uma expansão mundial persistente – simultânea a uma procura sustentada de petróleo e de outras matérias-primas industriais beneficiadoras de preços mais elevados; a um aumento significativo da APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) em África, em grande parte graças aos *alívios da dívida* e à *ajuda de urgência*¹; e à melhoria da estabilidade macroeconómica” (OCDE, 2006, pg.13). Em relação a este último aspecto constata-se ainda que “os benefícios

¹ Os itálicos são nossos.

excepcionais ligados aos preços dos produtos de base favoreceram uma melhoria das finanças públicas, sobretudo nas economias petrolíferas” (pg.13).

Partindo de tais constatações, torna-se essencial discernir sobre a *natureza*, sobre o *significado* bem como sobre a *sustentabilidade* do processo de crescimento económico actual da África Sub-sahariana.

O actual surto de incremento episódico dos preços das matérias-primas nada tem de excepcional, se o analisarmos numa perspectiva histórica. Historicamente, as crises dos mercados internacionais – e, conseqüentemente os preços das matérias-primas – têm um carácter cíclico, repetindo-se em “grandes vagas que, em intervalos regulares (vinte e cinco a trinta anos), marcam os mercados mundiais” (CyclOpe, 2004, VIII)².

A actual «crise das matérias-primas», que se inicia *na segunda metade de 2003* tem, contudo, uma magnitude sem precedentes e está relacionada com o desenvolvimento de processos globais concretos que urge explicitar.

O rápido crescimento económico dos «países emergentes», essencialmente da China, está na origem de uma drástica necessidade acrescida de matérias-primas, em primeiro lugar de petróleo bruto. Este fenómeno está intimamente ligado ao processo de «deslocalização industrial» no seio da economia-mundo³ actual inserindo-se, conseqüentemente, na fase contemporânea do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo. Abrange vários países da Ásia e da América Latina, mas não de África. Voltaremos a esta questão, reflectindo sobre as causas do não envolvimento de África neste processo.

O que importa agora referir é que não estão, de forma alguma, garantidas as condições que nos permitam concluir que actual crise perdurará num horizonte temporal de médio/longo prazo. Muito pelo contrário, o carácter especulativo dos mercados após os anos 70 do Século passado⁴, as enormes tensões sociais no seio da sociedade chinesa

² Desde os fins do Século passado até aos nossos dias, podem referenciar-se as crises de 1895/1905, de 1921, de 1948/53 e, obviamente, a grande crise da década de 70 do Século passado (cfr. Chalmin, P. & El Alaoui, A., 1990, pg.9-24).

³ Para um aprofundamento do conceito de economia-mundo e do sistema inter-estatal actual, cfr. Wallerstein, I., 2002, pgs.55-58. Urge ter particularmente em conta que “Os diferentes Estados constituíram-se e adquiriram forma como parte integrante de um *sistema inter-estatal*, constituído por um *conjunto de regras* no quadro das quais agem os Estados, de um *conjunto de modelos de legitimidade* fora dos quais não podem sobreviver (os *itálicos* são nossos).

⁴ Cfr. Chalmin, P. & El Alaoui, A., 1990, pg.15: às condições de estabilidade do pós-guerra vai suceder, durante e após a década de 70 do Século XX o «mundo dos mercados», com a integração da generalidade das matérias-primas nas «*commodities*». É um mundo marcado pelo fim dos acordos de *Bretton Woods*, pela generalização do sistema de câmbios flutuantes, por uma perda drástica da força dos produtores ao longo da cadeia até ao consumidor, pela proliferação dos movimentos especulativos. Refira-se, neste contexto, que o petróleo passou a ser uma *commodity* em 1985.

(motora deste fenómeno), a própria natureza do processo de crescimento chinês⁵, bem como o aprofundamento das assimetrias na economia mundial levaram a OCDE a admitir que “um não crescimento repentino da produção mundial e, logo, da demanda de exportações africanas, não é de excluir” (OCDE, 2006, pg.14).

Seja como for, importa referir que este processo (de incremento do *output*) não engloba, de maneira uniforme, todo o sub continente. Em primeiro lugar, há que distinguir os países exportadores de petróleo bruto, dos «restantes». De entre os «restantes» (importadores de petróleo) há que diferenciar aqueles beneficiários dos incrementos dos preços das matérias-primas exportadas de todos os outros que, além de importadores de petróleo exportam matérias-primas cujos preços não conheceram incrementos significativos. Cada um destes grupos de países apresenta uma problemática distinta, não sendo demais enfatizar que o vertiginoso incremento dos preços do petróleo bruto redundou – só por essa circunstância – em conjunturas de crescimento do seu *output*, igualmente drásticas. É que o incremento dos preços do crude no mercado internacional está ligado não só ao acentuado incremento da procura, mas também a condicionamentos da oferta decorrentes não só de um deficit de investimentos (essencialmente em prospecção) entretanto realizados bem como à limitação das reservas provadas. Em relação a este último aspecto não será demais remarcar a conclusão dos vários especialistas que apontam para o «fim do petróleo»⁶ durante este século, tendo já sido atingido ou estando prestes a ser atingido «o pico da produção possível». Esta conclusão tende já hoje a ser consensual.

O conceito de desenvolvimento

Constituirão os actuais índices de crescimento do *output*, só por si, episódios indiciadores de um «caminho para o desenvolvimento»? Em que consiste, enfim, «o desenvolvimento»?

⁵ As enormes contradições da economia chinesa traduzem-se, por exemplo no facto de ela conquistar, através das suas exportações, fatias crescentes do mercado mundial e de, ao mesmo tempo, ser bastante fraca a sua produtividade global (medida por vários organismos internacionais). É que, actualmente, só 41% das exportações chinesas provêm de empresas totalmente chinesas (39% de empresas totalmente estrangeiras e 20% de *joint-ventures* de empresas estrangeiras com empresas chinesas). Cfr., o artigo de Melka, J., publicado na edição de 23.V.06 do jornal Le Monde.

⁶ Cfr. Kunstler, J., *O Fim do Petróleo, o Grande Desafio do Século XXI*, Editorial Bizâncio, 2006, onde é apresentada uma antevisão das consequências do fim do petróleo no presente século.

Em primeiro lugar, trata-se de um *processo*, de um processo que, sendo *histórico*, se situa no tempo e no espaço. Por isso mesmo, a cada fase do devir histórico de cada sociedade ou categoria de sociedades, se ajusta um conceito de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento quando em referência a uma sociedade da África Sub-sahariana⁷ será naturalmente distinto daquele, próprio de um «país emergente»⁸.

Durante o Século XIX e até ao pós-segunda guerra mundial, «desenvolvimento» era, para os países integrantes do grande bloco dos países integrantes do Terceiro Mundo, sinónimo de «industrialização»: o caminho para o desenvolvimento seria trilhado através da industrialização. As independências africanas tiveram lugar em contextos históricos em que predominava esta concepção. Aliás, a legitimação do poder político assentou nessa altura, em grande parte, em propostas de edificação de sociedades industrializadas, logo, «desenvolvidas». Foi esse desiderato que, em última instância, constituiu a «justificação» para a legitimação da criação e apropriação de rendas através da fixação, a níveis mínimos, de preços de compra aos camponeses (por vezes, muito abaixo dos respectivos custos)⁹. A acumulação, obtida por este processo, serviria o objectivo do financiamento do processo de industrialização¹⁰.

A evolução da economia-mundo capitalista, as novas necessidades sistémicas decorrentes da estruturação do sistema capitalista, agora a nível «mundializado» e «globalizado»¹¹, determinaram uma relativa desindustrialização do(s) centro(s) através da deslocalização de certas indústrias para as periferias dotadas de uma maior utilidade sistémica, essencialmente, neste caso, a disponibilidade simultânea de uma mão-de-obra com menor custo e com maior qualificação – desde que as condições de estabilidade e de outras vantagens comparativas estivessem asseguradas. Foi esta circunstância que fez

⁷ Neste contexto, “a expressão «África Sub-sahariana» excluírá (para além da África Sahariana e a norte do deserto do Sahara) a África do Sul, bem como os países pertencentes à União Aduaneira da África Austral, os quais constituem um conjunto específico por não-adequação plena aos conceitos e processos fundamentais aqui referidos. Exclui igualmente a «África insular», a qual, numa larga medida, se revela como diferenciada em relação à África continental” (Carneiro, E., 2004, pg.20).

⁸ As diferenças de especialização económica entretanto operadas acarretam diferentes lógicas no domínio económico, uma essencialmente rendeira (a dos países da África Sub-sahariana) e outra fundamentalmente capitalista (a dos países emergentes). Daí, a diferença no conteúdo dos conceitos de «desenvolvimento».

⁹ Nos «Estados essencialmente exportadores de produtos agrícolas de base (produção predominantemente extensiva)» (Carneiro, E, 2004, pg.104-6), as rendas são comumente geradas através da maximização da diferença entre o preço de exportação (que é um dado) e o preço de compra aos camponeses o qual, sendo fixado, é minimizado. Tal diferença é objecto repartição e apropriação pelos diversos agentes (que sustentam, em última instância, o poder político) ao longo da cadeia.

¹⁰ Concepção intimamente ligada à ideia de que a escassez de capitais constituía o factor de constrangimento maior da industrialização – hoje obviamente ultrapassada.

«partir» o Terceiro Mundo: as periferias com menor aptidão para responder a este processo, a esta necessidade sistémica, foram dele excluídas, constituindo o que hoje se convencionou designar de Quarto Mundo. A ele pertence a África Sub-sahariana.

A parte do Terceiro Mundo com maior «sucesso» neste processo de deslocalização industrial global é constituída hoje pelos os «países emergentes». Trata-se, como é obvio, de um «desenvolvimento» dependente. O crescimento hegemónico do(s) centro(s) é no momento actual viabilizado pela acção dos mecanismos de polarização mundial, essencialmente “o controlo das tecnologias, das finanças e do acesso aos recursos naturais” (Amin, S., 2000, pg.74)¹².

E o actual Quarto Mundo a que pertence a África Sub-sahariana?

A legitimação da actual divisão internacional do trabalho fez «esquecer o desenvolvimento». O termo da Guerra-fria tornou desnecessária a utilização instrumental dessa cortina ideológica na luta pelo alargamento de zonas de influência. Mais do que nunca, o desiderato do «desenvolvimento» foi substituído pelos conceitos nucleares de sobrevivência e de crescimento rendeiro¹³: “actualmente, ninguém fala em *take-off*” (Rimmer, D., 2003, pg.483).

Em que deverá consistir, então, o desenvolvimento, quando em referência a um país típico da África Sub-sahariana?

Urge, antes de mais ter em conta que “a economia rendeira não pode ser analisada estaticamente, mas sim na múltipla alternância de períodos de euforia (*booms*) seguidos de crises mais ou menos profundas. Daí o seu carácter cíclico. E cada período de euforia produz sequelas não reversíveis, isto é, inibidoras de uma ulterior moldagem do sistema aos períodos de crise. Daí a sua vulnerabilidade acrescida” (Carneiro, E., 2004, pg.44)¹⁴. Por outro lado os períodos de crise induzem uma tal degradação na vida económica, social e política cujas sequelas se tornam, igualmente, praticamente não reversíveis.

¹¹ Sobre os conceitos de «mundialização» e de «globalização» veja-se Torres, A., 1998, pg.51.

¹²“A «desindustrialização» (relativa) dos centros, a par da industrialização das periferias, adquire sentido se se tomar em conta que o monopólio dos centros sobre a actividade industrial se transfere para o controlo das tecnologias, das finanças e do acesso aos recursos naturais” (Amin, S., 2000, pg.74).

¹³ Cfr. Carneiro, E., 2004.

¹⁴ A moldagem do sistema aos níveis de gastos e de desperdício nos períodos de *boom* tornam-nos dificilmente adaptável a uma situação normal ou de crise, especialmente no domínio político. É que se torna dificilmente «aceitável» uma diminuição do nível de rendas distribuídas. Esta é uma das capitais causas da permanente instabilidade política na África Sub-sahariana. É uma lição que, principalmente os *petro-states* (Carneiro, E., 2004, pg.105/6) deverão ter em conta no «encaixe» do actual *boom*.

A falência do modelo rendeiro, a sua incapacidade de *por si*, gerar as alterações estruturais necessárias à criação e integração interna dos tecidos económicos nacionais – esses sim, definidores do «desenvolvimento» – reforçam a conclusão de que “o desenvolvimento deverá ser entendido como a capacidade actual e potencial de geração endógena [de tais] alterações estruturais” (Carneiro, E., 2004, pg.127).

Por isso mesmo se intentou identificar o *desenvolvimento, na sua dimensão económica e social*, como “a capacidade actual e potencial de incremento sustentado do rendimento¹⁵ por habitante através de um crescimento do *output* alicerçado numa especialização económica assente numa base material produtiva e diversificada e compatível com formas de integração pós-rendeiras no comércio internacional determinantes de uma estrutura económica em processo de diminuição da sua vulnerabilidade, da sua heterogeneidade estrutural bem como com o incremento da sua flexibilidade. [A que se acrescentam] o crescimento do emprego, o desenvolvimento humano, bem como a eliminação quer da pobreza, *quer da predominância dos processos e instrumentos de redistribuição rendeira do rendimento*¹⁶” (Carneiro, E., 2004, pg.127).

Este instrumental permitir-nos-á, então, melhor interpretar o real significado dos episódicos surtos de crescimento do PIB actualmente experimentados por uma grande parte dos países da África Sub-sahariana, essencialmente os países produtores de petróleo.

Se assim é, que factores capitais constroem, enfim, o desenvolvimento desta sub-região¹⁷?

O aprofundamento da base e da lógica rendeira: o peso da História

Em primeiro lugar, o peso da História, o peso da lógica própria das sociedades pré-coloniais, o seu encaixe no fenómeno colonial bem como a lógica própria do colonialismo através do qual se operou uma forma de inserção específica no sistema internacional, na economia-mundo¹⁸, a qual ainda perdura¹⁹.

¹⁵ Obviamente «nacional».

¹⁶ O sublinhado pertence a este texto. Pretende-se remarcar que a predominância dos processos redistributivos/rendeiros é incompatível com o «desenvolvimento».

¹⁷ Obviamente que se tratam de factores de constrangimento do desenvolvimento, não exclusivos da África sub-sahariana.

¹⁸ Cfr., a este respeito, Carneiro, E., 2004, pgs.61-72.

¹⁹ Cfr. Carneiro, E., 2004, pgs.73-90.

O «desenvolvimento», como acima definido, implica uma profunda transformação que se traduza numa transição do actual sistema e lógica rendeira para a implantação de *um sistema e de uma lógica produtiva*. Assim, os elementos da «lógica do passado» que se não enquadrem nesta transformação necessária, não poderão deixar de ser objecto da necessária acção correctiva.

Nesta asserção estarão aqui em principalmente em causa:

- A necessária transformação do sistema político, social, económico e cultural, moldando-o à realização do objectivo capital de *estruturação de um tecido económico produtivo e integrado*.
- A transformação do actual sistema rendeiro, nomeadamente a nível político-social visando a transição das ainda predominantes formas de governação e de redistribuição social próprias das sociedades tradicionais tributárias e do Estado colonial predador. Estará aqui em questão, essencialmente, a acção conducente à alteração da base material determinante da formação e da distribuição do rendimento nacional, neste caso a predominância do peso das rendas externas no conjunto do mesmo bem como a alteração dos processos e dos mecanismos da sua distribuição e redistribuição, tornando *predominante a sua repartição através da remuneração dos factores de produção*.

Quer as sociedades pré-coloniais – cuja influência determinante não só perdura como ainda se reforça²⁰ – quer a lógica colonial têm como estranhos tais elementos caracterizadores das economias capitalistas e do «desenvolvimento».

Nas sociedades tradicionais africanas, a acumulação era viabilizada através do recurso ao «exterior», uma vez que às mesmas era estranho o fenómeno de criação e extracção de excedente no seio do próprio «conjunto de referência»²¹, fosse ele a família tradicional ou a etnia. Tratando-se de sociedades pré-capitalistas eram-lhes estranho o conceito de repartição do que se apelida hoje de rendimento através da remuneração de factores de produção. Assim, os processos de repartição são essencialmente redistributivos e «extra-económicos». Esta situação – agravada no período colonial por um específico tipo de especialização económica em última instância determinante do sistema rendeiro²² – cujas sequelas não só perduram como em certa medida se reforçam,

²⁰ Num processo já apelidado de «re-tradicionalização». Cfr. Chabal & Daloz, 1999, pg.61-114 bem como Carneiro, E., 2004, pg.141.

²¹ Diallo, M. L., 1996, pg.15

²² A análise da génese do actual sistema rendeiro como imposição do domínio colonial está disponível em Norro, M., 1998 assim como em Carneiro, E., 2004.

é obviamente incompatível com o «desenvolvimento» uma vez que inibem o processo de criação e de integração de um tecido económico doméstico.

Por outro lado, a disponibilidade de importantes recursos naturais (logo de matérias-primas) no contexto do sistema do seu «aproveitamento» imposto pelo *fenómeno colonial inserido no seio de sociedades tributárias*, tornou-se um *factor de geração autónoma* de condições de incompatibilidade com a implantação de relações de produção capitalistas. Terá sido esta circunstância que em grande medida terá originado a conclusão de que “O desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo não foi dificultado pela exploração mas pela relativa riqueza do próprio Terceiro Mundo” (Helsenhans, H., 1991, pg.36). Esta asserção assumirá maior acuidade se se tiver em conta a natureza do fenómeno colonial em África, o tipo da especialização económica imposta nas condições históricas então verificadas, enfim, a natureza da organização económica, social e política das sociedades tributárias «integradas», num processo de historicidade nunca interrompida.

Efectivamente, nem todos os territórios com uma grande disponibilidade em recursos naturais seguiram a mesma trajetória. Um grupo de países, não integrantes do Terceiro Mundo, detentores de enormes riquezas naturais, trilhou um caminho divergente: Tratam-se das “*dominion capitalist societies*” – ou simplesmente “*dominions*” – implantadas em territórios como os Estados Unidos, o Canada, a Austrália, a Nova Zelândia (e, em certa medida, a Argentina)²³. Constituem “postos da sociedade europeia transplantada” (Ahmed, A.S., 1989, pg.97) nas quais, um conjunto de condições específicas, inclusive do domínio das relações internacionais²⁴, tornou possível a implantação de relações de produção capitalistas.

Será útil analisar algumas das características dos *dominions* na medida em que tal análise nos permitirá tirar conclusões sobre a natureza das condições que urge criar para viabilizar o «desenvolvimento».

Em primeiro lugar, a apropriação de terras pelos colonos europeus possibilitou, de início, a criação das condições para um futuro mercado nacional. A atomização da propriedade criou as condições para uma mais equilibrada distribuição do rendimento nacional circunstância essa reforçada pela implantação de estruturas sindicais fortes, próprias de uma classe operária transplantada. Os incrementos salariais regulares resultantes de tais condições só se tornariam possíveis com incrementos seguros da

²³ Cfr. Ahmed, A.S., 1989, pg. 97-100.

²⁴ Estas ligadas nomeadamente à posição estratégica do Reino Unido.

produtividade. Este processo só se tornaria viável no contexto de uma produção em massa, própria do capitalismo, de um capitalismo e de um “espírito do capitalismo” transplantados.

Por outro lado, tratando-se de territórios, numa fase inicial, fortemente exportadores de produtos de base, eles não ficaram invulneráveis à instabilidade dos respectivos preços de exportação. Entretanto, os períodos de crises cíclicas foram aproveitados para a introdução de ajustamentos estruturais – através de *políticas intervencionistas* – de que resultou não só a aplicação de políticas de diversificação económica bem como o desenvolvimento do sector manufactureiro.

Estamos assim longe do tipo de colonialismo imposto à África Sub-sahariana em que “a ideia de uma revolução burguesa foi igualmente proibida pelo Norte ao Sul” (Elsenhans, H., op.cit., pg.47); estamos ainda longe da influência e da resistência dos modos de produção pré-capitalistas, e dos seus inerentes sistemas de concentração da riqueza e do rendimento, porque não resultantes do trabalho e da «exploração» interna mas sim da ligação com o exterior, quer na fase pré-colonial como colonial. Estamos ainda longe do tipo de organização e de estruturas económicas edificadas pelo colonialismo, assentes em incrementos da produção realizados numa base extensiva, com o emprego mínimo de capital, numa lógica de «descaso» da produtividade. Numa lógica rendeira, *tout-court*.

No caso dos *dominions*, e no âmbito das relações internacionais, estaremos enfim, perante um «desenvolvimento consentido e útil» ao processo de alargamento ao mundo, da economia-mundo capitalista bem como da conveniência da sua economia dominante, a Grã-Bretanha.

O aprofundamento da base e da lógica rendeira: o peso das relações internacionais

As relações internacionais são um factor fundamental de condicionamento da política dos Estados logo, das suas acções e das suas políticas no domínio económico interno. A crescente necessidade de conformação com os «modelos de legitimidade» da economia-mundo, mais explicitamente após o fim da guerra-fria, vieram a reduzir cada vez mais o espaço de manobra em que a acção dos Estados permitiria, também no

domínio económico, a realização de objectivos não estritamente dependentes da lógica e de interesses sistémicos.

Assim, o princípio da auto-determinação – integrante do “regime de soberania negativa”²⁵ vigente no período após a segunda guerra mundial – cedeu o passo à «globalização», isto é à lógica decorrente do reforço da estruturação mundial do capitalismo e, conseqüentemente, do processo de crescente acumulação que lhe está associado.

O «pensamento único» no domínio económico (e não só) tornou-se um dos pilares fundamentais dos modelos de legitimidade com que os Estados se têm de conformar definindo, em última instância, a essência das políticas e programas das «organizações internacionais». Na prática, as políticas de liberalização perspectivadas e impostas pelas instituições do sistema de Brettons Woods expressam não só esse «pensamento único» como também a lógica de uma necessidade sistémica em que os Estados não dominantes se diluem.

Contudo a História revela-nos que, em todas as experiências conducentes ao desenvolvimento, o processo de arranque se efectivou numa base, à partida, de reforço do Estado, do seu crescimento auto-centrado, inclusive na aplicação de princípios proteccionistas²⁶. O desenvolvimento extrovertido de alguns dos actuais «países emergentes» só se tornou factível porque assente em anteriores bases autárquicas e proteccionistas propiciadoras da criação de tecidos económicos nacionais integrados e bem como da afirmação de um forte mercado interno.

A crise rendeira dos últimos vinte anos do Século XX colocou a África Sub-sahariana perante a imposição de aplicação mimética de processos e de instituições divorciados da sua base material e logo, da sua lógica. Uma vez mais assiste-se ao «crime» histórico da inviabilização de uma transição a partir de uma evolução imanente, isto é, a partir da lógica tributária estabelecida. A imposição apriorística do modelo ocidental, do «pensamento único», isto é, dos actuais «modelos de legitimidade», através dos mecanismos de condicionamento das relações internacionais, conduziu à actual vertigem dedutiva, a-histórica²⁷. Este será um dos factores capitais – não

²⁵ Cfr. Clapham, C., 2000, pg.15-27. O princípio da autodeterminação, a par com o da não agressão bem como o da descolonização integraram, após 1945, o «regime da soberania negativa». O reconhecimento da soberania dos Estados basear-se-ia, a partir de então, em tais princípios e não na sua capacidade de auto-defesa em como nos restantes critérios até aí convencionais.

²⁶ Cfr. Carneiro, E., 2004, pg.132-136.

²⁷ Basicamente, no contexto da “supremacia do paradigma neoclásico estático e a-histórico” (Torres, A., 1998, pg.22).

obviamente o único – do actual descalabro económico, social, político enfim, descalabro, da África Sub-sahariana²⁸.

Países com uma actual capacidade de disponibilização de episódicos recursos para «contornar», na medida do possível, o «conjunto de regras nas quais agem os Estados»²⁹, possuirão, contudo, a possibilidade de dispor de uma «folga mínima» que permita encetar o percurso do desenvolvimento. Neste caso, o constrangimento maior situar-se-á na lógica rendeira estabelecida, no seu reforço expresso nos actuais processos de «re-traditionalização» e no incremento da extroversão, eles próprios também indissociáveis das relações internacionais.

O aprofundamento da base e da lógica rendeira: os processos de liberalização consubstanciados na lógica dos Programas de Ajustamento Estrutural

Será hoje certamente um lugar comum referir o fracasso – ou de forma menos contundente, mencionar a não assunção dos objectivos esperados – dos Programas de Ajustamento Estrutural, concebidos à luz do chamado Consenso de Washington. Existe uma vasta literatura a esse respeito. Inclusivamente, a constatação generalizada de tal fracasso, terá levado as instituições de Bretton Woods a reinstituí-los sob novas roupagens e sob novas denominações, *mantendo contudo os seus princípios e propósitos fundamentais*.

Em termos de balanço importará sobretudo reflectir sobre a contribuição (ou não) dos Programas de Ajustamento Estrutural para uma efectiva alteração da especialização, do tipo de produção material – e, conseqüentemente da forma de inserção na economia mundial – dos países integrantes da África Sub-sahariana. É que, em última instância, são os processos de criação e de integração dos tecidos económicos e dos mercados nacionais que definem o «desenvolvimento». O que em última instância importa analisar como indiciador do desenvolvimento económico – na África Sub-sahariana – é *o crescimento e o incremento do peso específico dos sectores produtores de bens transaccionáveis que não representem uma mera incorporação de recursos*

²⁸ Salientem-se os crescentes índices de incidência e de intensidade da pobreza na África Sub-sahariana. Cfr. Carneiro, E., 2004, pg.160-161.

²⁹ Wallerstein, I., op.cit.

naturais. É à luz deste critério que deverá ser balanceado o resultado dos Programas de Ajustamento Estrutural e de seus sucedâneos ulteriores.

Entretanto, se a última década do Século XX nos permite concluir que o carácter rendeiro das economias da África Sub-sahariana não cessou de se reforçar³⁰, as estatísticas mais recentes da CNUCED revelam a continuação dessa trajetória³¹, aliás consistente com a imputação da melhor performance económica africana fundamentalmente a uma “procura sustentada de petróleo e de outras matérias-primas industriais beneficiadoras de preços mais elevados”³².

Um balanceamento dos resultados do Programas de Ajustamento Estrutural e de seus sucedâneos – agora em período de *boom* – revela-nos que através da «estabilização macroeconómica» se terá atingido um relativo e precário “equilíbrio de segundo nível”³³, isto é, com preservação da base rendeira.

Várias razões têm sido apresentadas para o insucesso dos Programas de Ajustamento Estrutural, desde a pouca consistência na aplicação das políticas bem como a sua aplicação parcial e pouco coerente. As razões profundas são, porém, outras.

A análise não se deve colocar no plano estritamente económico, mas nos domínios económico e social. É que não há uma autonomização do económico, tal como perfilham as teses do «pensamento único».

Duas circunstâncias devem ser particularmente tidas em conta: Se “no caso africano, as práticas de sobreposição entre posições de poder e posições de acumulação, entre público e privado, entre legal e ilegal constituem, pelo menos depois da colonização, o fundamento do político” (Hibou, B., 1999, pg.14), não é menos certo de que “na África dos anos 90, as reformas serviram particularmente as forças de deliquescência do Estado e de privatização do poder” (Hibou, B., 1996, pg.255). A aplicação, a sociedades da África Sub-sahariana – de natureza tributária/rendeira assentes numa forte e omnipresente intervenção do Estado – dos princípios do «Estado mínimo», não poderia deixar de criar um vazio³⁴, obrigando o Estado e os vários actores

³⁰ Cfr. Carneiro, op. cit., pg.92-93.

³¹ Cfr. ONU, CNUCED, 2004

³² OCDE, 2006, pg. 13

³³ Cfr. Diallo, M. L., 1996, pg.66-67 bem como Carneiro, E., 2004, pg.125.

³⁴ Cfr. Torres, A., 1998, pg.58: “Também parece impensável proceder à privatização da economia e prosseguir o esforço, ainda nos seus primórdios, de desintervenção do Estado em muitos sectores de actividade, se essa intervenção não for acompanhada pelo aparecimento de uma classe empresarial autóctone [e que] em parte alguma se consolidou um processo de desenvolvimento nacional [...] sem a existência de um tecido empresarial próprio (nacional)”. Cfr., igualmente Carneiro, E. 2004, pg.141, em citação de CNUCED, *Le Développement Économique en Afrique, 2001*: “Intentou-se remeter para as forças do mercado a promoção da acumulação e do crescimento sem prestar uma atenção suficiente aos

sociais a redefinir as suas estratégias, agora mais acentuadamente de sobrevivência. De sobrevivência em relação à crise instalada após o *boom* dos anos 70 do Século passado, na decorrência do ulterior abaixamento dos preços das matérias-primas; de sobrevivência em relação à imposição externa.

O recurso ao “governo privado indirecto” (Mbembe, A., 1999, pg.103-121) revela-se – aliás, numa trajectória já iniciada no período colonial, ou mesmo antes – como o resultado da recomposição das estratégias dos actores sociais para viabilização, nas novas condições, do edifício renteiro, não obstante com deslocamentos no sistema de criação/apropriação interna de rendas. A apropriação/utilização das reformas³⁵, obedece a este objectivo nuclear.

Tais estratégias de sobrevivência têm como resultado *uma deriva no processo de transição das sociedades de raiz tributária, com utilização do reforço da «re-tradicionalização» e da extroversão, como recursos*. Neste entendimento – e como resultado empiricamente constatado – com o *reforço e aprofundamento da base material, da lógica e dos mecanismos e processos renteiros*.

O Estado renteiro e a dinâmica social e política prevalente nas actuais sociedades da África Sub-sahariana

A economia política em geral, e não só o pensamento marxista, permite-nos aquilatar da influência determinante da base material das sociedades, da sua especialização económica, nos seus domínios social e político. É assim que Karl (1997, p. 236) constata com propriedade, que “os distintos padrões de desenvolvimento dependem da complexa interacção entre crescimento económico e mudança institucional. As economias moldam as instituições políticas e são, por sua vez, moldadas por elas”.

pontos fracos do mercado interno, das empresas locais, da infra-estrutura material e humana e das instituições. [...] Os programas de ajustamento resultaram no desmantelamento dos mecanismos de acumulação do capital sobre os quais o Estado exercia a sua acção, sem entretanto os substituir por mecanismos viáveis. [...] A liberalização e a desregulamentação fizeram crescer a instabilidade mas não estimularam verdadeiramente a iniciativa”. Entretanto a conversão dos actuais «empresários/renteiros» em capitalistas constitui um processo tendencialmente mais problemático, dado o reforço da lógica renteira vigente, nomeadamente no que se refere ao mecanismo renteiro de formação de preços, sua base de sustentação.

³⁵ Cfr. Carneiro, E., 2004, p. 114-125.

É neste sentido que importará reflectir acerca de alguns dos eixos fundamentais de inflexão, no domínio político e institucional, do tipo de especialização económica, isto é, da base material das sociedades das sociedades da África Sub-sahariana³⁶.

De uma forma geral, o rendimento nacional nas sociedades da África Sub-sahariana, não resulta da remuneração dos factores de produção empregues (capital em sentido económico e/ou trabalho). Na sua composição, há um enorme peso das rendas, quer internas quer externas³⁷. Esta circunstância capital gera três consequências fundamentais:

1. Uma forma típica de distribuição e de redistribuição do rendimento³⁸ alheia a processos e instrumentos “económicos”, próprios das sociedades capitalistas
2. Uma lógica estranha e adversa ao imperativo de incremento da produtividade
3. Uma geral exiguidade do emprego uma vez que, na generalidade, a riqueza nacional, a sua formação, não depende do concurso da população (é resultado, fundamentalmente, de um sucessivo somatório de rendas)

O tipo de sociedade engendrado por este complexo de circunstâncias é obviamente *sui generis* à luz dos modelos e dos conceitos ocidentais.

Uma sociedade talhada por um enorme peso das rendas na formação do seu rendimento e na sua conseqüente redistribuição por processos e instrumentos “extra económicos” (e não através da “normal” remuneração dos factores de produção) é, antes de tudo, uma sociedade mais marcada pela luta faccional do que pelos valores da solidariedade e do bem comum. As ideias de bem comum, de defesa de um património comum, deixam de ter, na prática, uma expressão sensível no imaginário colectivo. É naturalmente uma sociedade que, na decorrência de processos históricos que, entroncando na dinâmica de transformação das sociedades tributárias pré coloniais, mantém e reforça o seu carácter autoritário e de lógica governativa clientelar ancorada em processos de permanente conciliação de interesses individuais.

³⁶ Esta problemática é aliás tratada em Carneiro, E., 2004, p. 56-60.

³⁷ Tais rendas “remuneram” os recursos naturais empregues. No caso dos jazigos minerais, remuneram direitos de propriedade sobre os mesmos; em relação à agricultura, nomeadamente de exportação, resultam, na generalidade, de um processo interno de apropriação da diferença entre os preços de venda (fixados de forma exógena e não determinados por custos) e o somatório dos respectivos custos.

³⁸ A teoria económica ensina-nos que o rendimento ($Rend. = S+J+L+R$) é igual ao somatório dos salários (que remuneram o trabalho), dos juros e lucros (que remuneram o capital) e das rendas (que “remuneram” os recursos naturais empregues, nomeadamente a terra – embora haja rendas de outros tipos, nomeadamente a “ajuda externa”). O peso das rendas, nas economias da África Sub-sahariana, é avassalador.

A redistribuição do rendimento, das rendas, forçosamente por processos extra económicos provoca uma generalização dos comportamentos de *rent-seeking* no seio da sociedade. É através deles que se acede ao rendimento; essa é a forma de acesso ao maná global³⁹. A política, a “governamentalidade” na acepção de Foucault, o cimento da governação, reduzem-se aqui a dois conceitos capitais: repartição e acomodação.

Este complexo de fenómenos gera ainda na sociedade uma perspectiva de que tudo se compra e tudo se vende. É tipicamente uma sociedade essencialmente ancorada na circulação, na “afecção” e não na produção⁴⁰. Tudo se transforma em mercadoria, até a própria concepção de desenvolvimento. No imaginário colectivo, o desenvolvimento “adquire-se”: adquire-se através da celebração de contratos, da realização de “obras” comumente desconectadas do objectivo nuclear de transformação endógena produtiva do tecido económico nacional⁴¹. Substitui-se assim a ideia de desenvolvimento como sinónimo de industrialização – própria da primeira fase pós independência nacional – pela de desenvolvimento como sinónimo de uma modernidade ancorada na continuação e no aprofundamento de uma base material rendeira.

O acesso ao rendimento através de mecanismos extra económicos e a concomitante generalização dos comportamentos de *rent-seeking* tem como resultado uma tendencial inviabilização da produção interna, inclusive devido ao incremento dos custos resultantes de um sucessivo somatório dos diversos “coeficientes de saque” inerentes ao processo de formação dos preços⁴². Esta circunstância tem implicações políticas fundamentais na medida em que se constitui num dos vectores capitais da extroversão das economias, incluindo da acumulação (exportação de capitais por inexistência de suficientes oportunidades internas para a sua aplicação para além da insuficiência dos sectores de reciclagem das rendas) e, conseqüentemente, das próprias sociedades e da própria natureza do poder.

³⁹ Há que remarcar, entretanto, a influência cultural gerada por tal base material: a noção de vivência através de um maná global, além de constituir um poderoso desincentivo ao trabalho, gera uma verdadeira cultura de desfrute e relaxe, particularmente nos países dependentes da produção/exportação de petróleo.

⁴⁰ Cf. Luciani, G., «Allocation vs. Production States: A Theoretical Framework» in Beblawi H. e Luciani G., (dir.), *The Rentier State*, vol. II, Croom Helm, 1987, p. 63-82. Neste tipo de sociedade, o essencial da economia doméstica restringe-se a um somatório de processos de reciclagem das rendas externas.

⁴¹ Em que a própria despesa do Estado se insere no objectivo primordial da redistribuição rendeira. É efectuada em função dos objectivos capitais da acumulação de activos (não de capital) e da redistribuição rendeira, elemento essencial da “governamentalidade”.

⁴² O processo de erosão da competitividade interna é, no essencial, identificado pela chamada doença holandesa que historicamente afecta ou afectou a generalidade das economias da África Sub-sahariana. Ele permite o encaixe monetário dos aludidos “coeficientes de saque”.

Neste tipo de sociedades as “classes” – se for possível aplicar tal conceito – não são fundamentalmente definidas em função da detenção ou não de meios de produção (capital em sentido económico), mas sim do acesso ou não às rendas geradas. Daqui resulta que a chamada “sociedade civil”, na sua acepção ocidental, seja um conceito de muito difícil adaptação⁴³.

A exiguidade do emprego é outra das circunstâncias fundamentais resultantes dos processos de criação rendeira da riqueza. Uma vez que em tais processos a população só marginalmente participa, constata-se uma crescente expressão do exército de desempregados e sub empregados – fenómeno este agravado por uma crescente pressão demográfica bem como pela muito reduzida expressão da produção interna não rendeira, principalmente como resultado da instalação de uma lógica adversa ao incremento da produtividade.

Deste complexo de circunstâncias resulta um conjunto de consequências a nível social e político institucional:

- Uma crescente expressão da economia informal, da “segunda economia” e uma informalização generalizada das sociedades
- Uma natural incapacidade de “reivindicar”: a reivindicação não constitui um vector eficaz e actuante de mobilidade social e política. A mesma cede lugar à estabilidade de um “pacto rendeiro”⁴⁴, verdadeiro pacto social implicitamente estabelecido entre as “classes” superiores e inferiores através do qual as primeiras renunciam à extracção de excedente económico das segundas, permitindo-lhes o livre funcionamento da sua actividade informal (legal, extra legal e ilegal); em contrapartida, as “classes” inferiores viabilizam o livre acesso às rendas e à acumulação operada a nível das “classes” superiores⁴⁵
- A generalização na África Sub-sahariana, embora com distintas roupagens, do Estado Rendeiro

Efectivamente, da incapacidade de geração de emprego na economia formal resulta, nas condições concretas da África Sub-sahariana, uma resposta espontânea da

⁴³ Cf. Chabal & Daloz, 1999 (p. 29-44).

⁴⁴ Sobre o conceito de “pacto rendeiro”, cf. Diallo, M. L., 1996, p. 30-31. O “pacto rendeiro” constitui um elemento essencial da “governamentalidade” deste universo dual bem como da instrumentalização da desordem pela “classe” rendeira (Chabal & Daloz, 1999).

⁴⁵ Estes dois universos, contudo, embora distintos, estão hoje intrinsecamente unidos pelas teias subterrâneas do “Estado rizoma”.

população alicerçada num outro “modo de vida”⁴⁶, como que num recurso a um prolongamento natural dos mecanismos processos e valores próprios das sociedades tributárias pré coloniais. Esta economia de *débrouillardise* da actualidade, onde a não extracção de excedente económico por parte das classes superiores em relação às classes inferiores, pelo menos no seio do mesmo “conjunto de referência”⁴⁷ é a regra, tornou-se entretanto num instrumento da aguda acumulação no seio da sociedade⁴⁸ viabilizado aliás pelo “pacto rendeiro”⁴⁹. Num contexto de impossibilidade de reivindicar, uma vez que a acumulação não depende do desenvolvimento da economia doméstica pelo que a acção reivindicativa se tornaria inócua e desprovida de eficácia, o pacto rendeiro assume, de forma implícita, um papel central na governação. Daqui resulta que o sistema político se reproduz com um mínimo de alterações, desde que e enquanto os mecanismos de redistribuição rendeira se afigurem eficazes.

É esta, na essência, a forma de reprodução social e política própria das sociedades dependentes da produção/exportação recursos naturais.

O Estado erigido na correspondência desta base material é o Estado rendeiro africano⁵⁰ ou ainda o “Estado rizoma”⁵¹.

Karl (1997, p.236) ressaltou, com propriedade, a importância do “elo de ligação fiscal entre as economias e as formas de governo”, mais concretamente a “origem dos rendimentos” [do Estado]. Na esteira de Evans (1995), contrapõe o Estado predador (rendeiro) ao Estado desenvolvimentista, comprometido com o desenvolvimento do tecido económico nacional, por dele dependerem os seus rendimentos.

A origem dos rendimentos do Estado depende obviamente da especialização económica do respectivo país. A *especialização económica* é, em última instância, o elemento chave de desencadeamento dos processos que identificam um Estado predador ou num Estado comprometido com o desenvolvimento⁵².

⁴⁶ A caracterização da economia informal através da noção de “modo de vida” é apresentada, com propriedade, em Igué, J. O., *Le Secteur Informel en Afrique de l’Ouest*, OCDE, 2003: as actividades informais constituirão como que “o prolongamento da economia tradicional [...] desenvolvendo-se [contudo] hoje num ambiente caracterizado por profundas mutações”.

⁴⁷ Cf. Diallo, M.L., 1996, p. 15.

⁴⁸ Sobre a essencialidade do papel da acumulação nas sociedades da África Sub-sahariana e no processo de construção do Estado africano, cf. Bayart, J.-F., 1989.

⁴⁹ Em contextos em que a acumulação não depende do desenvolvimento da economia nacional (mas do “exterior”) e em que a redistribuição passa a ser a “chave da legitimação do poder” (cf. Chabal & Daloz, 1999, p.12).

⁵⁰ Cf. Carneiro, E., 2004, p. 38-43.

⁵¹ Cf. Bayart, J.F., 1989, p. 270-280 ou ainda Carneiro, E., 2004, p. 43.

⁵² Segundo Evans, P., 1995, numa perspectiva histórica, dinâmica, de transformação (mais ou menos retardada por constrangimentos) de Estados predadores em Estados desenvolvimentistas.

De uma forma geral, o Estado africano pós colonial, mais marcadamente na actual fase, ao extrair os seus recursos de uma base material rendeira, é como que “impelido” a uma entropia no processo histórico de transformação de Estado predador em Estado desenvolvimentista. A *chave* dessa transformação residirá na transformação qualitativa da base material das sociedades. Aí, e só aí, residirá o “desenvolvimento”.

A interpretação da recente evolução conjuntural – Conclusões

A recente evolução conjuntural, a sua natureza, deverá ser objectivamente interpretada através de tal enquadramento.

O actual crescimento do *output* em grande parte dos países da África Sub-sahariana – com especial ênfase para os países exportadores de petróleo, mas não só – constitui um processo *meramente conjuntural* com a preservação e reforço da mesma *base rendeira*, obviamente consistente com a mesma *lógica rendeira*.

Entretanto, os actuais programas, atinentes ao «desenvolvimento» económico e arquitectados à luz dos paradigmas dominantes – porque concebidos numa lógica meramente dedutiva – fizeram descaso de uma premissa fundamental: a de que alteração da lógica vigente só é factível com uma concomitante e prévia modificação da base material, do tipo de produção dominante. No caso vertente, de uma produção (para exportação) consubstanciada numa mera incorporação de recursos naturais ou de uma produção de bens e serviços decorrentes do funcionamento dos sectores de reciclagem de rendas externas⁵³.

É que a simples privatização sem a alteração de tal base material, não é susceptível de modificação da lógica dominante, aliás, por esta ser consistente com a especialização vigente. Quando muito, em períodos de não escassez absoluta de rendas externas (como na presente conjuntura), poderemos ser conduzidos a um mero “equilíbrio de segundo nível”⁵⁴, coerente com a actual divisão internacional do trabalho.

Em consequência, mantêm-se o mesmo carácter de *vulnerabilidade* e de *não sustentabilidade*, como processo de «desenvolvimento». Trata-se de um mero «balão de oxigénio», de um «parêntesis» no processo irreversível do “esgotamento e a falência de

⁵³ Cfr. Carneiro, E., op.cit., p.100.

⁵⁴ Diallo, M.L., 1996, p. 66. Trata-se de um equilíbrio macroeconómico que, ainda que instável, assenta na manutenção da mesma base material rendeira.

um modelo de funcionamento da economia – o modelo rendeiro” (Carneiro, E., 2004, pg.106).

Surge assim, com clareza, a não adequação da medição do desenvolvimento económico dos países da África Sub-sahariana através do mero crescimento do *output*. Este indicador (como outros), por excelência concebido para aplicação às economias com as regras próprias do capitalismo⁵⁵, é de utilidade bastante mais restrita na medição dos fenómenos das economias de cariz rendeiro⁵⁶. Bastará tão-somente recordar que uma simples alteração dos preços de exportação dos produtos geradores de rendas externas será suficiente para determinar alterações na evolução do PIB.

A evolução qualitativa das economias dos actuais Estados da África Sub-sahariana, a sua recente conjuntura económica aponta, não para a superação da sua especialização rendeira, mas pelo contrário, para o seu reforço. Por outras palavras, na generalidade, em vez de processos de desenvolvimento os Estados da África Sub-sahariana que experimentam incrementos sensíveis do seu PIB actual atravessam uma fase de retrocesso de desenvolvimento.

O desenvolvimento das economias de cariz rendeiro deverá ser essencialmente discernido à luz da actual e potencial capacidade de *transformação estrutural* que encaixe os vários critérios e indicadores definidores do «desenvolvimento».

Contudo, tal transformação estrutural só poderá ser factível, na África Sub-sahariana, com a adopção de estratégias de desenvolvimento e de política económica (ou de política, *tout-court*) não enformadas nos princípios do paradigma neoclássico e neo-liberal. Mas tal colidirá, uma vez mais, com o constrangimento das relações internacionais e com o concomitante *establishment* em sociedades em que a acumulação não depende do desenvolvimento da economia doméstica, mas sim, fundamentalmente, da ligação ao «exterior».

emmanuel_carneiro@yahoo.com.br

⁵⁵ Obviamente “economias de produção” e não “economias de circulação”. Cfr. Chatelus, M., 1987, p.110.

⁵⁶ Cfr. Stauffer, T., 1987 pg.22-48 bem como Carneiro, E, op. cit., pg.20.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, A.S., *Économie de l'industrialisation à partir des ressources naturelles*, Tome 1, Publisud, 1989
- Amin, S., *Os Desafios da Mundialização*, Donossauro, 2000
- Bayart, J.-F., *L'État en Afrique – La Politique du Ventre*, Fayard, 1989
- Bayart, J.-F., «Africa in the World: A History of Extraversion», *African Affairs*, 2000, pg.217-267
- Carneiro, E., *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana – Caracterização e Consequências*, Principia, 2004
- Chabal, P. & Daloz, J.-P., *L'Afrique est Partie! – Du désordre comme instrument politique*, Economica, 1999
- Chalmin, P. & El Alaoui, A., *Matières premières et Commodités*, Economica, 1990
- Chatelus, M., «Policies for Development: Attitudes Toward Industry and services» in Beblawi H. & Luciani, G., (dir), *The Rentier State*, vol. II, Croom Helm, 1987, p. 108-137
- Clapham, C., *Africa and the International System – The Politics of State Survival*, Cambridge University Press, 2000
- CyclOpe 2004, *Les Marchés Mondiaux 2004*, Economica, 2004
- CyclOpe 2005, *Les Marchés Mondiaux 2005*, Economica, 2005
- Diallo, M. L., *Les Africains sauveront-ils l'Afrique?*, Karthala, 1996
- Elsenhans, H., *Development and Underdevelopment*, Sage Publications, 1991
- Evans, P., *Embedded Autonomy – States & Industrial Transformation*, Princeton University Press, 1995
- Hibou, B., *L'Afrique est-elle protectionniste ? – Les chemins buissonniers de la libéralisation extérieure*, Karthala, 1996
- Hibou, B., «De la privatisation des économies à la privatisation des États – Une analyse de la formation continue de l'État» in Hibou, B., (dir.), *La privatisation des États*, Karthala, 1999

- Hibou, B., «La <décharge>, nouvel interventionnisme» in Hibou, B., (dir.), *L'État en voie de privatisation*, Politique Africaine n° 73, Mars 1999, Karthala, p. 6-15.
- Karl, T. L., *The Paradox of Plenty : Oil Booms and Petro-States*, University of California Press, 1997.
- Mbembe, A., «Du gouvernement privé indirect» in Hibou, B., (dir.), *L'État en voie de privatisation*, Politique Africaine n° 73, Mars 1999, Karthala, p. 103-121.
- Nations Unies, *Le Développement Économique en Afrique – Résultats Commerciaux et Dépendance à l'Égard des Produits de Base*, OCDE, 2003
- Norro, M., *Économies Africaines – Analyse Économique de l'Afrique Subsaharienne*, De Boeck Université, 1998, 2^a edição
- OCDE, *Perspectives Économiques en Afrique*, BAfD/OCDE, 2006
- ONU, *Le Développement Économique en Afrique: Bilan, Perspectives et Choix des Politiques Économiques*, CNUCED, 2001
- ONU, *Manuel de Statistiques de la CNUCED*, CNUCED, 2004
- Rimmer, D., «Learning about Economic Development from Africa», *African Affairs*, vol.102, n°408, July, 2003, pgs. 469-491
- Stauffer, T., «Income Measurement in Arab States», in Beblawi, H. & Luciani, G., (dir.), *The Rentier State*, Vol. II, Croom Helm, 1987, p.22-48
- Torres, A., *Horizontes do Desenvolvimento Africano No limiar do Século XXI*, Lisboa, ed. Vega, 1^a edição, 1998
- Wallerstein, I., *Le Capitalisme Historique*, La Découverte, 2002